

DINÂMICAS DA MIGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INSURGÊNCIA JIHADISTA NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Salvador Forquilha e João Pereira

INTRODUÇÃO: AS ORIGENS DA INSURGÊNCIA

No início de Outubro de 2017, um grupo constituído maioritariamente por jovens armados atacou instituições do Estado, na vila municipal de Mocímboa da Praia, no Nordeste da província de Cabo Delgado. Localmente conhecido por *Al-Shabaab*, o grupo tinha-se instalado em Mocímboa da Praia e noutros distritos de Cabo Delgado antes de 2017, pregando um Islão radical nas mesquitas locais, proibindo as crianças de frequentar escolas públicas e toda a colaboração com as autoridades do Estado (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019; Morier-Genoud, 2020). No início, houve uma forte resistência por parte das lideranças religiosas muçulmanas locais, que não só não aceitaram a “ideologia” dos *Al-Shabaab* pelo facto de a considerar uma aberração e contrária aos princípios e ensinamentos do Islão, como também denunciaram o grupo junto das autoridades locais (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019). Todavia, longe de uma reacção única e concertada por parte das autoridades governamentais com vista a fazer face ao grupo, houve diferenças significativas na maneira como o assunto foi tratado em cada distrito. Com efeito, enquanto no distrito de Chiúre, por exemplo, o Governo distrital reagiu com firmeza resultando na dispersão dos elementos do grupo para outros distritos, em Mocímboa da Praia, as autoridades locais consideraram tratar-se de um assunto interno dos muçulmanos e, como tal, devia ser resolvido dentro das mesquitas. Com o andar do tempo, o conflito entre os membros dos *Al-Shabaab* e as lideranças muçulmanas locais tornou-se cada vez mais visível, com destaque para o distrito de Mocímboa da Praia. Expulso das mesquitas locais, o grupo construiu os seus próprios espaços de culto e as suas próprias madraças, dando uma maior expressão ao seu carácter sectário (Morier-Genoud, 2020). No início, um grupo meramente religioso que pregava e reivindicava a prática de um Islão radical, a instauração da *Sharia* e se opunha a todo o tipo de colaboração com o Estado, os *Al-Shabaab* passaram a incorporar células militares e endureceram o seu discurso a partir de finais de 2015, tendo passado para a acção armada a 5 de Outubro de 2017.

Assimilado a um banditismo de mera perturbação da ordem pública, o fenómeno ganhou rapidamente proporções alarmantes. Os ataques começaram a multiplicar-se. Dois meses após o primeiro ataque, a Polícia já havia detido 251 suspeitos, dos quais 37 eram cidadãos de nacionalidade tanzaniana (*O País*, 2017). Em Dezembro de 2017, a Polícia da República de Moçambique esteve na zona e visitou os distritos de Mocímboa da Praia e Palma. No comício popular que realizou na vila sede de Mocímboa da Praia, o Comandante Geral da Polícia, Bernardino Rafael, fez um “ultimato” aos atacantes de Mocímboa da Praia, decretando sete dias para se entregarem às autoridades (*O País*, 2017). No entanto, a violência continuou, e nas semanas e meses que se seguiram ao ataque à vila sede de Mocímboa da Praia, a situação de segurança piorou no terreno. Entre finais de Março e meados de Abril de 2020, a violência armada atingiu níveis nunca vistos, com o assalto e a ocupação temporária de três vilas nos distritos de Mocímboa da Praia, Quissanga e Macomia. Quatro meses mais tarde, em Agosto de 2020, o avanço dos *Al-Shabaab* no terreno consolidou-se com a captura e ocupação da vila portuária de Mocímboa da Praia, local estratégico a partir do qual os insurgentes prepararam e executaram ataques aos distritos circunvizinhos.

De Outubro de 2017 ao início de 2021, antes da intervenção militar externa levada a cabo pelas tropas do Ruanda e da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o grupo dos *Al-Shabaab* evoluiu significativamente no terreno. Com efeito, de uma seita religiosa com enfoque em alguns distritos de Cabo Delgado nos anos 2010 a 2012, com ramificações nas províncias vizinhas de Nampula e Niassa, o grupo transformou-se num movimento militar com características *jihadistas*; de Mocímboa da Praia, onde aconteceu o primeiro ataque armado em Outubro de 2017, o grupo expandiu as suas acções para outros distritos, nomeadamente Macomia, Quissanga, Muidumbe, Nangade, Ibo, Meluco e Palma; de ataques a aldeias e pequenos povoados, o grupo passou a atacar grandes aglomerados populacionais, com destaque para sedes distritais, desafiando seriamente a situação securitária da região, com fortes impactos políticos, económicos e sociais. Como explicar o rápido avanço dos *Al-Shabaab* e que dinâmicas locais favoreceram o desenvolvimento das suas acções no terreno, antes da chegada das tropas ruandesas e da SADC? Com base numa extensa pesquisa de campo realizada nas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, este artigo analisa a ligação que existe entre dinâmicas locais de migração e o desenvolvimento da insurgência no Norte de Moçambique. Argumentamos que o avanço da insurgência se serviu de dinâmicas de migração externa e interna, que alimentaram uma vasta rede de recrutamento dos *Al-Shabaab*, facilitada essencialmente pela porosidade da fronteira com a Tanzânia e pela actividade pesqueira nas ilhas ao largo de Cabo Delgado. Desenvolvemos o nosso argumento em três momentos. Em primeiro lugar, descrevemos e analisamos a dinâmica fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia, caracterizada por uma certa porosidade da fronteira, que facilita a circulação ilegal de pessoas e bens, alimentando actividades ilícitas,

algumas das quais associadas ao desenvolvimento da insurgência *jihad* do lado moçambicano. Em segundo lugar, descrevemos e analisamos o fenómeno da migração de pescadores da zona do litoral de Nampula para as ilhas de Cabo Delgado situadas na Baía de Montepuez e no Arquipélago das Quirimbas para efeitos de actividades pesqueiras. Queremos com isso mostrar como este fenómeno de longa data ganhou uma nova dinâmica no contexto da insurgência *jihad* no Norte de Moçambique. Finalmente, em terceiro lugar, procuramos mostrar como, por um lado, a dinâmica fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia e, por outro, a migração interna dos pescadores do litoral de Nampula alimentaram a rede de recrutamento do grupo *Al-Shabaab*, permitindo o engrossamento das suas fileiras e a consolidação das suas acções no terreno.

A pesquisa para a elaboração deste artigo seguiu uma abordagem metodológica qualitativa com recurso a entrevistas semiestruturadas, observação e discussões em grupos focais. As entrevistas abrangeram as seguintes categorias previamente seleccionadas: a) autoridades administrativas dos distritos cobertos pela pesquisa; b) oficiais moçambicanos de migração em três postos fronteiriços, na fronteira entre Moçambique e Tanzânia, nomeadamente Chiuledze (no distrito de Mecula), Matchedje (no distrito de Sanga) e Cobué (no distrito do Lago); c) pescadores migrantes internos, particularmente da zona litoral de Nampula; d) deslocados internos de guerra. As discussões em grupos focais foram realizadas com pescadores migrantes regressados das ilhas de Cabo Delgado e deslocados de guerra internos. No total, foram realizadas 65 entrevistas e 10 discussões em grupos focais. O trabalho de campo decorreu entre os meses de Julho de 2020 e Julho de 2021, totalizando 14 semanas, tendo abrangido alguns distritos de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Na província de Nampula, o trabalho de campo foi realizado na zona costeira, conhecida como o local de onde saem pescadores migrantes que vão pescar para as ilhas de Cabo Delgado. Trata-se dos distritos de Angoche, Ilha de Moçambique, Mossuril, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Membra. Na província de Niassa, as entrevistas e discussões em grupos focais foram realizadas nos distritos fronteiriços com a Tanzânia e Malawi, nomeadamente Mecula, Sanga e Lago. Nestes distritos, visitámos os três postos fronteiriços acima mencionados. Finalmente, na província de Cabo Delgado, o trabalho de campo foi realizado nos distritos de Pemba e Chiúre.¹ Todas as entrevistas e discussões em grupos focais foram feitas em língua portuguesa, com recurso a um tradutor/interprete – membro da equipa de investigação.

MOVIMENTO MIGRATÓRIO AO LONGO DA FRONTEIRA MOÇAMBIQUE E TANZÂNIA

Moçambique e Tanzânia partilham uma fronteira comum, cuja linha coincide essencialmente com o curso do rio Rovuma, numa extensão de 756 km. Embora seja das mais antigas (Newitt,

¹ Pela situação de insegurança prevalente em alguns distritos na província, não nos foi possível, durante o trabalho de campo, visitar os distritos directamente afectados pela violência armada (Quissanga, Macomia, Mocimboa da Praia, Palma, Muidumbe, Nangade, Mueda).

1995), a fronteira entre Moçambique e Tanzânia, à semelhança de outras fronteiras em África, surge, na sua forma actual, na sequência da *Conferência de Berlim*, em 1884/1885, e dos tratados subsequentes. Pode-se destacar, por exemplo, o tratado entre a Alemanha e Portugal, que data de 1886 (Newitt, 1995; Souto, 1995) e os acordos subsequentes ente Portugal e Inglaterra, depois da Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha perdeu as suas possessões em África. A linha fronteiriça é constituída por duas regiões do lado da Tanzânia (Mtwara e Rovuma) e duas províncias do lado de Moçambique (Cabo Delgado e Niassa).

Oficialmente, existem cinco postos fronteiriços do lado de Moçambique, nomeadamente Namoto e Negomano (em Cabo Delgado) e II Congresso, Chiuledze e Cobué (em Niassa). Diferentemente dos outros quatro postos fronteiriços acima mencionados, o posto de Chiuledze é rudimentar, sem infra-estruturas e serviços fronteiriços adequados.² Apesar disso, o posto de Chiuledze, devido à sua localização, tem um papel muito importante no controlo do movimento de pessoas e bens na zona fronteiriça da extensa reserva do Niassa.

À semelhança do que acontece em zonas fronteiriças, as populações dos dois lados do rio Rovuma têm laços históricos, económicos, culturais e até religiosos que remontam há vários séculos (Newitt, 1995; Pelissier, 1984). Nos últimos 60 anos, dois elementos importantes têm-se destacado no desenvolvimento desses múltiplos laços, nomeadamente as guerras (colonial e civil) e o comércio informal transfronteiriço, catalisado, em grande medida, pela porosidade da fronteira. Com efeito, as guerras colonial e civil do lado moçambicano resultaram em refugiados que se instalaram em território tanzaniano e, apesar disso, continuaram a manter laços com as suas respectivas famílias e comunidades do lado moçambicano. Além disso, a dinâmica do comércio informal transfronteiriço permitiu e reforçou a ligação entre as populações dos dois lados da fronteira e criou uma economia baseada essencialmente na agricultura, pesca e bens de consumo. Um relatório de avaliação do comércio informal na fronteira entre Moçambique e Tanzânia, baseado em trabalho de campo levado a cabo por uma missão conjunta em 2006, mostra evidências de um comércio transfronteiriço de alimentos, caracterizado por fluxo de alimentos de Moçambique para a Tanzânia (milho, arroz em casca, gergelim) e bens de consumo de Tanzânia para Moçambique (artigos domésticos, roupas, bicicletas, rádios, motas) (Bata *et al.*, 2006).

As nossas entrevistas nos distritos fronteiriços de Cabo Delgado (Palma) e Niassa (Mecula, Sanga e Lago) sugerem que, nos últimos anos, esse comércio se intensificou e, em alguns casos, galvanizado pela mineração artesanal, particularmente, nos distritos de Montepuez, Lago e Sanga, na zona fronteiriça com a Tanzânia. Em contexto de ausência de uma rede de transporte para a locomoção de pessoas e bens da fronteira para a zona do garimpo, popularizou-se, por exemplo, na localidade de Matchedje (posto fronteiriço do lado moçambicano), a aquisição de

² O posto de Chiuledze não possui edifícios convencionais. Os serviços fronteiriços funcionam em tendas improvisadas.

motorizadas comercializadas na Tanzânia. Adquiridas essencialmente por jovens locais, essas motorizadas constituem uma fonte importante para a geração de renda. Mas as dinâmicas da fronteira entre Moçambique e Tanzânia não se resumem apenas ao comércio transfronteiriço legal. Elas englobam também e sobretudo contrabando, tráfico e migração ilegal, alimentando redes diversificadas de crime organizado nos dois lados da fronteira (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019; Haysom, 2018).

MIGRAÇÃO E GARIMPO ILEGAL: DUAS FACES DE UM FENÓMENO COMPLEXO

O crescimento da actividade de garimpo ilegal nas três províncias do norte de Moçambique, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa e Nampula, alimentou e intensificou o movimento migratório, muitas vezes clandestino, facilitado pela condição porosa da fronteira entre Moçambique e Tanzânia (Haysom, 2018). As entrevistas realizadas com as autoridades locais de Matchedje e Lupilichi, nos distritos de Sanga e Lago, respectivamente, na província do Niassa, confirmam a ligação entre o garimpo ilegal e o crescente movimento migratório clandestino de cidadãos tanzanianos, quenianos e da região dos Grandes Lagos. O caso do garimpo de rubis no posto administrativo de Namanhumbir, no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, é, provavelmente, dos mais elucidativos da ligação entre a migração e o garimpo ilegal (Maquenzi & Feijó, 2019).

Efectuado dentro do perímetro da área concessionada à *Montepuez Ruby Mining* (MRM)³ – o garimpo ilegal em Namanhumbir tem sido marcado por conflitos recorrentes não só entre a empresa MRM e os garimpeiros (nacionais e estrangeiros), mas também entre estes últimos e o Estado. De acordo com a imprensa moçambicana, desde o início das suas operações em 2012, a MRM tem-se queixado frequentemente da invasão da sua concessão por garimpeiros ilegais (Carta, 2020; *Diário Económico*, 2020). Em Fevereiro de 2020, depois de um grupo de garimpeiros ilegais ter ferido gravemente três funcionários e incendiado uma viatura da empresa, a MRM intensificou os seus apelos ao Estado moçambicano, no sentido de travar o garimpo ilegal. Três anos antes, a partir de Fevereiro de 2017, o Estado tinha desencadeado uma campanha polémica, marcada pela violência, com o objectivo de expulsar garimpeiros ilegais da zona de mineração considerada ilegal. Nessa altura, ao falar da operação à imprensa, uma representante da polícia moçambicana na província de Cabo Delgado referiu o seguinte:

Nós retirámos cerca de 3672 pessoas, das quais 1010 nacionais e o remanescente são estrangeiros. É uma operação de carácter contínuo. Visa retirar todos os que estejam a fazer a prospeção desse

³ Uma empresa detida pelos grupos Gemfields (75%) e Muiriti Limitada (25%).

minério [rubí] ilegalmente e que estejam no município de Montepuez atraídos por esta atividade (...). Foi uma operação forçada, porque não foi da vontade das pessoas desalojarem algumas residências e saírem das zonas de prospecção mineira. Portanto, é uma operação mesmo coerciva, para que eles saíssem. Muitos nacionais, por causa da pressão da polícia, acabaram abandonando com meios próprios. Os imigrantes foram retirados com os nossos meios, da força de segurança, alguns devolvidos aos locais de procedência e outros repatriados. A PRM continua a fazer o repatriamento desses imigrantes que se encontram em situação ilegal. (DW, 2017b).

Como se pode constatar a partir do extracto acima, o grosso dos garimpeiros ilegais envolvidos nesta operação era constituído por cidadãos estrangeiros (2622), correspondente a cerca de 72%. Dados avançados pela polícia moçambicana em Cabo Delgado referem que entre garimpeiros estrangeiros ilegais expulsos havia cidadãos da Tanzânia, da Gambia, do Senegal, da Tailândia e de Mali (DW, 2017a). Mas era sobretudo a Tanzânia que tinha o maior número de cidadãos garimpeiros ilegais a ponto de envolver a sua representação diplomática em Maputo. A este respeito, um funcionário do ministério dos negócios estrangeiros da Tanzânia é citado pela imprensa nos seguintes termos:

A principal responsabilidade do Governo da Tanzânia, através da Embaixada em Maputo, é assegurar que os interesses dos tanzanianos que cumprem a lei, e mesmo dos que não cumprem, são salvaguardados. O oficial de lá vai dialogar com o Governo de Moçambique para garantir que os tanzanianos estão seguros e vamos tratar da logística para os trazer de volta. (DW, 2017a).

Já em 2006, numa outra operação policial, desta feita na localidade de Lupilichi (na zona fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia), distrito do Lago, província do Niassa, a polícia tinha expulsado cerca de 4600 estrangeiros que exploravam ilegalmente ouro (Notícias, 2006), na sua maioria, cidadãos tanzanianos, que, além do garimpo ilegal, também dinamizavam o comércio transfronteiriço.

As operações levadas a cabo pela polícia moçambicana para desalojar os garimpeiros ilegais, em Namanhumbir, bem como em Lupilichi, foram acompanhadas por um uso excessivo da força e violência. Muitos garimpeiros perderam os seus haveres durante as operações e houve críticas por parte de organizações de defesa dos direitos humanos denunciando a brutalidade da polícia no decurso das operações (DW, 2017a). Durante o trabalho de campo, muitos entrevistados referiram a violência policial perpetrada contra os garimpeiros ilegais, particularmente em Namanhumbir, e que alguns desses estrangeiros ter-se-iam refugiado em outros distritos de Cabo Delgado, com destaque para Mocímbo da Praia, pouco antes do início da violência armada. É importante referir que evidências no terreno sugerem que havia garimpeiros ilegais estrangeiros que tinham estado em contacto com círculos radicais na

Tanzânia, antes da sua entrada ilegal em Moçambique e que os locais de garimpo se tinham tornado também espaços de disseminação de ideias salafistas (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019).

MIGRAÇÃO EXTERNA E ESTABELECIMENTO DA INSURGÊNCIA

Como mencionado acima, em Outubro de 2017 teve lugar o primeiro ataque a instituições do Estado e a populações civis, na vila de Mocímbo da Praia, protagonizado por um grupo localmente conhecido por *Al-Shabaab*, que reclamava a prática de um Islão radical. Alguns autores consideram que parte de garimpeiros ilegais expulsos durante a operação policial em Namanhumbir, particularmente estrangeiros, ter-se-ia juntado ao grupo de atacantes (Chichava, 2020). Apesar do debate sobre o rosto dos insurgentes, sabe-se hoje que os atacantes de Mocímbo de Praia eram elementos pertencentes a uma seita local que se tinha instalado em alguns distritos de Cabo Delgado, no final da primeira década de 2000 (Morier-Genoud, 2020). Inspirada em ideias e ensinamentos de clérigos muçulmanos tanzanianos e quenianos radicais, com destaque para Aboud Rogo, a seita foi estabelecida em alguns distritos de Cabo Delgado por moçambicanos que tinham ido estudar para madrassas de tendência radical na Tanzânia (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019; Morier-Genoud, 2020).

Depois da sua criação, a seita desenvolveu-se com o apoio de clérigos tanzanianos, alguns dos quais se tinham fixado em território moçambicano através de laços de casamentos (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019). O contacto com a Tanzânia era um elemento fundamental no desenvolvimento da seita. Quer em Cabo Delgado, quer no Niassa ou Nampula, as nossas entrevistas sugerem que os círculos religiosos islâmicos tanzanianos de tendência radical tiveram um papel importante no desenvolvimento da seita. Por exemplo, quando se olha para o perfil das lideranças que levaram a cabo o ataque a Mocímbo da Praia, a 5 de Outubro de 2017, constata-se que todos tinham uma ligação com a Tanzânia por via do comércio, dos estudos em madraças tanzanianas ou pelo facto de eles próprios serem tanzanianos (Habibe, Forquilha, & Pereira, 2019, pp.13–15). Encontrámos uma situação semelhante no Niassa. Um líder muçulmano local entrevistado no âmbito da nossa pesquisa contou como três jovens naturais do Niassa e praticantes de um Islão de tendência radical tinham estado em contacto com círculos radicais na Tanzânia.

(...) Faridi Daude, Murane Daude e Saide Aide Mbuane são jovens naturais daqui no Niassa. Eles foram estudar para a Tanzânia na madraça do imamo Xhafi em Tanga. Lá receberam ideias do salafismo. Daí voltaram para Moçambique... Eles são daqui mesmo, distrito de Lichinga. Por volta dos anos 2015/2016, estes jovens tinham um plano bem desenhado para penetrar nas mesquitas de Lichinga e começar a trabalhar por baixo... Saide Aide Mbuane começou a frequentar

as barracas para espalhar as ideias. Começou pela mesquita Khaiba, perto da estação dos comboios aqui em Lichinga. Daí, ele foi descoberto pelo xehe da mesquita, membro do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO). De seguida, Saide Aide Mbuane começou a mostrar abertamente que ele tinha um grupo de tendência radical... ele começou a falar contra eleições, dizendo que se as pessoas votassem num presidente não muçulmano estavam a votar na descrença, idolatria. Em 2016, o CISLAMO, delegação do Niassa, denunciou a situação da anomalia nas mesquitas junto do Governo da província, antes mesmo dos acontecimentos de Mocímboa da Praia... Mas, a reacção do Governo foi dizer «esse problema é vosso lá nas mesquitas.»⁴

A ida de jovens para a Tanzânia para estudar em madraças locais é um fenómeno estabelecido no Norte de Moçambique, bem antes do início da insurgência *jihadista*. Os nossos entrevistados referiram que esta prática é frequente, sobretudo nas famílias de algumas lideranças muçulmanas com certas responsabilidades ao nível das mesquitas locais. Nos casos em que não conseguem mandar os filhos para a Tanzânia, Maputo tem sido uma opção, na condição da existência de uma bolsa de estudos. É o caso, por exemplo, do responsável de uma das mesquitas na vila-sede de Marrupa, na província de Niassa, cujo filho se encontra a estudar em Maputo. O prestígio das madraças tanzanianas e a reputação dos clérigos muçulmanos tanzanianos no imaginário de muitos muçulmanos de famílias humildes no Norte de Moçambique, por razões históricas, tem sido um dos impulsionadores do envio de jovens para o estudo do Alcorão na Tanzânia. Mas a travessia da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia por parte desses jovens não tem sido sempre em conformidade com os mecanismos legais. Desde o início da insurgência *jihadista* no Norte de Moçambique e subsequente reforço da vigilância na fronteira, as autoridades moçambicanas e tanzanianas têm vindo a referir a intercepção de jovens a viajar nos dois sentidos, com ligações aos estudos em madraças de tendência radical na Tanzânia e, em alguns casos, a sua posterior incorporação nas fileiras dos *Al-Shabaab* nas matas de Cabo Delgado. A este propósito, um dos oficiais da Guarda-Fronteira moçambicana afecto ao posto fronteiriço de Chiuledze referiu:

Na semana passada, interceptámos uma carrinha minibus aqui no posto fronteiriço com cerca de oito jovens no seu interior. Disseram que vinham da província de Nampula e iam para a Tanzânia. Como os jovens não tinham documentação em dia, suspeitámos e começámos a fazer um interrogatório sobre os motivos da sua viagem. Depois de um longo interrogatório acabámos sabendo que eles iam a Tanga, na Tanzânia, estudar... Tinham contactos lá e promessas de estudar Alcorão em madraças locais. Recambiámos os jovens para o local de proveniência.⁵

⁴ Entrevista ao Sheik Adam Bonoumar, em Lichinga, a 08 de Dezembro de 2020

⁵ Entrevista ao Sr. Américo António, em Chiuledze, a 23 de Setembro de 2020.

No posto fronteiriço de Cobué, no distrito do Lago, província do Niassa, um dos oficiais da migração local relatou:

Há duas semanas, foi interceptado um grupo de 13 jovens tanzanianos aqui em Cobué. Eles entraram pelo posto fronteiriço de Mbamba Bay na Tanzânia... e, de barco, pelo Lago Niassa vieram dar a Cobué. De Cobué, eles iam a Metangula... de Metangula a Lichinga e de lá a Marrupa. Uma vez em Marrupa, eles iam entrar na província de Cabo Delgado onde iam juntar-se aos insurgentes. Felizmente, houve uma denúncia aqui em Cobué e conseguimos interceptar o grupo. Há três dias, foi interceptado um outro grupo de sete jovens também tanzanianos. Nos últimos momentos, estamos a assistir a um movimento estranho semelhante àquele que houve em Cabo Delgado nos primeiros momentos da violência armada. O movimento intensificou-se aqui em Cobué. Quando chegam, às vezes, tentam aliciar jovens locais com somas de dinheiro ou promessas de emprego em Cabo Delgado.⁶

Não são apenas cidadãos tanzanianos que cruzam a fronteira de Moçambique com a Tanzânia para ingressar nas fileiras dos *Al-Shabaab*; as nossas entrevistas mostram que há também cidadãos burundeses, congolese (DRC) e somalis. A porosidade da fronteira e a falta de meios por parte dos oficiais fronteiriços, particularmente do lado de Moçambique, tornaram a linha da fronteira extremamente vulnerável às investidas de migrantes clandestinos, muitos deles associados ao crime organizado de contrabando e tráfico de todo o tipo e, nos últimos anos, ao desenvolvimento da insurgência *jihadista* no Norte de Moçambique. Esta onda de migração trouxe também para o território nacional indivíduos provenientes de zonas de guerras (particularmente da República Democrática do Congo) com experiência militar e envolvidos em redes de crime organizado. Além disso, a porosidade das fronteiras permitiu igualmente a entrada em território nacional de indivíduos ligados a círculos salafistas provenientes da Tanzânia, do Quênia e da Somália, muitos deles também envolvidos no garimpo ilegal. Por isso, os locais de garimpo tornaram-se espaços de disseminação de ideias salafistas e de recrutamento.

Se é verdade que a insurgência *jihadista* explora em seu proveito as dinâmicas fronteiriças, particularmente a porosidade da fronteira Moçambique e Tanzânia, ela explora igualmente o movimento migratório interno característico da zona costeira de Nampula, ligado à actividade pesqueira nas ilhas do arquipélago das Quirimbas, ao largo da província de Cabo Delgado. É o que vamos discutir nas linhas que se seguem.

⁶ Entrevista a Maria Luís, funcionária do posto fronteiriço de Cobué, em Cobué, a 10 de Dezembro e 2020.

A COSTA DE CABO DELGADO: O ELDORADO E A INSURGÊNCIA

A ida de pescadores artesanais da zona costeira de Nampula⁷ para outras regiões é um fenómeno antigo. Entre os *pull factors* (Patrício, 2015; Peixoto, 2004) nas zonas de destino, pode mencionar-se a busca de melhores oportunidades para a pesca, particularmente ligadas ao aumento da renda, e aprendizagem de melhores técnicas de captura do pescado. De acordo com as nossas entrevistas, o movimento migratório de pescadores do litoral de Nampula acontece fundamentalmente em duas direcções: a costa de Cabo Delgado e a costa de Zambézia e Sofala. Aqueles que vão para Cabo Delgado⁸, dirigem-se para a baía de Montepuez e para o arquipélago das Quirimbas; e os que vão para Sofala e Zambézia⁹, dirigem-se para o chamado Banco de Sofala (WamphulaFax, 2014).

Para a análise neste artigo, servimo-nos sobretudo da informação recolhida junto de pescadores migrantes na direcção da costa de Cabo Delgado, onde os *pull factors* se resumem sobretudo nas oportunidades que a Baía de Montepuez e o arquipélago das Quirimbas representam em termos de quantidade e qualidade do pescado (Gell, 1999), que se traduzem em melhores rendas para os pescadores. Dados comparativos do relatório do inquérito aos agregados familiares dos pescadores e aquicultores das províncias de Cabo Delgado e Nampula mostram diferenças interessantes, com vantagens para Cabo Delgado. Por exemplo, enquanto em Nampula a média dos meses de maior rendimento da pesca e aquicultura é quatro meses, em Cabo Delgado é de cinco meses. Nesse período, a receita mensal por agregado familiar era cerca de 15 mil meticais¹⁰, em Nampula, e 21 mil meticais¹¹, em Cabo Delgado (Amade, 2017a, 2017b).

Com base nas nossas entrevistas, é possível identificar dois tipos de pescadores artesanais migrantes da zona costeira de Nampula para Cabo Delgado.

O primeiro tipo de pescadores é constituído por migrantes que vão para a costa de Cabo Delgado por um período longo. Em geral, trata-se de migrantes jovens pescadores com a intenção de fixar residência e formar família em Cabo Delgado. De vez em quando, regressam à zona de origem para uma curta visita aos seus familiares. Muitos deles prosperaram em Cabo Delgado a partir da actividade pesqueira. Alguns testemunharam nas suas aldeias a chegada dos primeiros elementos dos *Al-Shabaab*, bem antes do início da violência armada. Com a guerra, perderam tudo e viram-se forçados a regressar para Nampula. Um dos nossos entrevistados contou a sua trajectória nos seguintes termos:

⁷ Distritos de Angoche, Ilha de Moçambique, Mossuril, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Momba.

⁸ Os pescadores de Nampula que migram para Cabo Delgado são maioritariamente dos distritos de Ilha de Moçambique, Mossuril, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Momba.

⁹ Pescadores de Angoche e Moma.

¹⁰ Corresponde a 237 USD ao câmbio actual de 63,2 MZN por 1 USD.

¹¹ Corresponde a 332 USD ao câmbio actual de 63,2 MZN por 1 USD.

Eu sou natural daqui em Quissimajulo, Nacala-a-Porto. Sou pescador e em 2003 fui para Cabo Delgado, concretamente no distrito de Macomia, no posto administrativo de Mucojo. Decidi mudar-me para lá [Mucojo] porque eu pescava melhor lá e tinha lucros no meu negócio da venda de peixe. Eu era proprietário de dois barcos de 17 e 4 metros. Eu tinha também rede pesqueira... gado caprino, palmar. Consegui ver o início do conflito armado [do Al-Shabaab]. Consegui ver duas mesquitas que eram frequentadas por jovens muçulmanos radicais. Esses jovens entraram em conflito com os seus pais. Houve intervenção do Governo e aqueles jovens foram presos e disseram-nos que foram levados para Maputo. Mas quando voltaram para a aldeia [aldeia Mutone], eles não aceitaram seguir as orientações do Governo e espalharam-se para Mocímbo da Praia e começaram a fazer guerra... No início, esses jovens vendiam os seus bens, casas, para poder ter dinheiro e viajar ao encontro dos outros jovens do Al-Shabaab... e a guerra começou. No início, a aldeia onde eu vivia se organizou para a autodefesa. Organizámo-nos em grupos de 10 pessoas, usando catanas e azagaias guarnecíamos a nossa aldeia... Depois, o chefe da aldeia pediu armas de fogo ao Governo. Os de catana e azagaias guarneciam a aldeia agrupados enquanto os que tinham armas de fogo faziam rondas... Mas quando a situação de segurança piorou, decidi voltar para a minha zona de origem aqui em Quissimajulo, Nacala-a-Porto.¹²

Uma trajectória semelhante foi narrada por outro entrevistado que também migrou para a costa de Cabo Delgado em busca de melhores condições para a actividade pesqueira.

Fui para Cabo Delgado em 2010. Decidi ficar em Macomia, no posto administrativo de Quiterajo. Eu sou pescador. Quando cheguei lá gostei da terra... consegui um pedaço de terra, construí minha casa e casei-me lá. Até 2014, não havia nenhum problema. Mas a partir desse ano de 2014, a situação começou a mudar. Começaram a chegar os tanzanianos, que traziam uma nova maneira de praticar o Islão. Quando eu cheguei a Quiterajo, na minha aldeia havia só uma mesquita. Esses tanzanianos quando chegaram foram construir uma nova mesquita. Daí, começou a confusão. Os novos crentes foram para as novas mesquitas e com novas regras: os homens deviam pôr turbante, vestir calças até ao joelho e chamavam-nos "Kafir"... mesmo nós próprios sendo muçulmanos. Nessa altura, alguns jovens comercializavam produtos nas aldeias e diziam que com o dinheiro queriam pagar as suas viagens para a Somália para ir estudar... eles começaram por vender peixe, depois venderam suas casas e, finalmente, mudaram-se para Mocímbo da Praia e lá a guerra começou. Eu vivia na aldeia Ilala. Lá decidimos também nos organizar para a autodefesa da nossa aldeia como faziam noutras aldeias. Na nossa aldeia, formámos grupos de 15 pessoas para patrulhar a aldeia. Eu próprio fiz parte de um dos grupos de patrulha... usávamos azagaias. A partir de um certo dia, os Al-Shabaab começaram a atacar e decapitar as pessoas que patrulhavam

¹² Entrevista a Momade Juma, em Quissimajulo, a 10 de Julho de 2020.

*a aldeia... foi a partir daí que eu desisti. Não tardou... os Al-Shabaab queimaram a minha aldeia. Perdi seis jogos de rede de pesca, painel solar, bateria... tudo foi queimado. Nesse dia, antes de se irem embora, os Al-Shabaab prometeram voltar. Por isso, decidi fugir com a minha família e voltar para Quissimajulo, aqui em Nacala-a-Porto.*¹³

O segundo tipo de pescadores é constituído por migrantes que vão à costa de Cabo Delgado por um período curto. Em geral, trata-se de pessoas que visam ganhar dinheiro para resolver problemas específicos nas suas famílias nas zonas de origem: construção ou melhoria de habitações, despesas para casamento, problemas de saúde, etc. Este tipo de migrantes é comum no povoado de Baixo Pinda, no distrito de Mombaça, de onde saíram muitos pescadores para as ilhas de Cabo Delgado. A este propósito, um dos entrevistados que regressou de Cabo Delgado há três anos explicou:

*Normalmente, isso [a migração para Cabo Delgado] funciona assim: os pescadores planificam antes de migrar: «este ano vou a Mocimboa da Praia pescar. O objectivo é construir uma casa melhorada a partir do dinheiro ganho na pesca.» Aí ele [pescador] vai a Cabo Delgado. Como podem ver, aqui em Baixo Pinda, há muitas casas melhoradas... todas elas pertencem a pescadores regressados das ilhas de Cabo Delgado.*¹⁴

Ao longo dos anos, desenvolveu-se localmente um mecanismo informal extremamente eficiente, que permite a migração de pescadores artesanais para a costa de Cabo Delgado. Trata-se de um mecanismo que envolve essencialmente dois tipos de actores.

O primeiro tipo de actor é constituído por proprietários de barcos. São “pequenos empresários” que conseguiram acumular algum dinheiro graças ao negócio da venda de peixe. Na sua maioria, são oriundos dos distritos costeiros de Cabo Delgado, com destaque para Macomia, Quissanga, Mocimboa da Praia e Palma. Há também casos de proprietários de barcos oriundos da Tanzânia. Cada proprietário de barcos estabelece a sua própria rede de recrutamento de mão-de-obra, que possibilita a ida de pescadores individuais para a costa de Cabo Delgado. De acordo com as nossas entrevistas, com a chegada dos *Al-Shabaab*, essas redes de recrutamento de mão-de-obra ganharam um novo sentido, no contexto de recrutamento de jovens para as fileiras dos *Al-Shabaab*. A este propósito, um dos jovens pescadores que trabalhou na costa de Cabo Delgado nos últimos anos conta a sua experiência:

Eu fui a Cabo Delgado trabalhar para um patrão [proprietário de barcos] de Mocimboa da Praia. Quando a guerra começou, eu não sabia que aquele meu patrão estava ao serviço dos Al-Shabaab.

¹³ Entrevista a Rajabo Amade, em Quissimajulo, a 10 de Julho de 2020.

¹⁴ Entrevista a Amade Ali, em Baixo Pinda, a 07 de Julho de 2021.

Um dia, ele veio ter conosco e disse assim: «hoje vamos ter uma visita... e aproveitem porque vão ter muito dinheiro.» Afinal, a visita eram elementos dos Al-Shabaab, que vieram ter conosco para nos aliciar com dinheiro para entrarmos no grupo deles [Al-Shabaab].¹⁵

Houve também casos em que alguns elementos dos *Al-Shabaab* eram igualmente “patrões”, na medida em que possuíam barcos de pesca ou eram compradores de grandes quantidades de peixe para posterior comercialização nos mercados das cidades de Pemba, Nampula ou ainda em território tanzaniano. Falando sobre os primeiros momentos da insurgência na costa de Cabo Delgado, um dos pescadores explicou:

Nos primeiros momentos, os Al-Shabaab vinham como patrões. Eles compravam muito o nosso peixe, em grandes quantidades e pagavam bem... Eles podiam pagar, por exemplo, 50–100 mil meticais de uma só vez. Muitos deles [Al-Shabaab] eram pessoas bem estudadas e falavam muito do Alcorão.... Diziam às pessoas para entrar nas mesquitas com sapatos nos pés... Isso foi antes do primeiro ataque a Mocímboa da Praia. Depois desse ataque, muitos jovens eram recrutados para entrar nos Al-Shabaab. Eram aliciados com emprego, dinheiro... os jovens iam para trabalhar [na pesca] e depois caíam nas mãos dos Al-Shabaab.¹⁶

O segundo tipo de actores do mecanismo informal que permite a migração diz respeito a pescadores individuais, recrutados localmente. Constituídos maioritariamente por jovens, estes pescadores migram para a costa de Cabo Delgado em busca de oportunidades de emprego, trabalhando para os proprietários de barcos acima mencionados. A viagem do litoral de Nampula para Cabo Delgado segue rotas bem definidas, ao longo da costa, com paragens em algumas ilhas. Trata-se de um processo organizado pelos proprietários dos barcos. Um dos entrevistados contou a sua experiência de viagem nos seguintes termos:

Normalmente, a gente recebe informação sobre a viagem. Os proprietários dos barcos mandam avisar dizendo que no dia X, barco Y vai sair para Cabo Delgado. O próprio dono do barco é quem dá informação sobre a viagem. No caso de Memba, em geral, os barcos partem da zona de Metemane. Quando saem de Metemane, vão pernoitar em Serisse, no posto administrativo de Lúrio. [No] Dia seguinte, o barco sai em direcção a Pemba e Ibo. Pernoita-se em Tanzua, no distrito de Quissanga e, [no] dia seguinte, o barco sai para Pangane, Muchojo, no distrito de Macomia. Depois, o barco segue para as ilhas Quiranhone, Dimbuzi, Igungu, em Mocímboa da Praia, até Kifuque, no distrito de Palma.¹⁷

¹⁵ Entrevista a Issufó Abudo, em Baixo Pinda, a 03 de Julho de 2021.

¹⁶ Entrevista a Nicolau Alberto, em Baixo Pinda, a 07 de Julho de 2021.

¹⁷ Entrevista a Magid Sulemane, em Baixo Pinda, a 03 de Julho de 2021.

No local de chegada, os pescadores encontram uma rede de solidariedade constituída por outros migrantes que, em geral, são das suas zonas de origem. Graças a essas redes de solidariedade, conseguem recursos financeiros para se instalarem no local de chegada, antes do início do compromisso laboral com os respectivos patrões, que estiveram na origem da sua ida a Cabo Delgado. Essas redes de solidariedade funcionam igualmente como um elemento importante para a integração social e económica dos pescadores nos seus locais de chegada. As dinâmicas de migração externa (na fronteira entre Moçambique e Tanzânia) e de migração interna (ida de pescadores do litoral de Nampula para Cabo Delgado) descritas e analisadas acima ganharam um novo impulso no contexto do estabelecimento e desenvolvimento da insurgência *jihadista* no Norte de Moçambique. Estas permitiram o estabelecimento de células religiosas de tendência radical e o recrutamento de jovens para as fileiras dos *Al-Shabaab*. É isso que vamos discutir nas linhas que se seguem.

CÉLULAS RELIGIOSAS DE TENDÊNCIA RADICAL E RECRUTAMENTO PARA OS AL-SHABAAB NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Antes do primeiro ataque a Mocímboa da Praia, em Outubro de 2017, já havia evidências da existência de células religiosas de tendência radical em alguns distritos de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. Com a eclosão da violência armada, essas células passaram a funcionar como elementos importantes no recrutamento para engrossar as fileiras dos insurgentes em Cabo Delgado. Quando se olha para o processo de instalação dessas células, é interessante verificar a semelhança que existe com o que aconteceu em diferentes distritos de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, em termos de etapas: primeiro são estabelecidas as células religiosas e, mais tarde, as células militares. As nossas entrevistas mostram que as células religiosas foram estabelecidas por indivíduos tanzanianos ou moçambicanos que frequentavam mesquitas de tendência salafista na Tanzânia.

Quando esses indivíduos chegaram a Cabo Delgado, Nampula e Niassa, procuraram, primeiro, penetrar nas mesquitas locais. Exemplo disso são os casos de Mocímboa da Praia e Macomia (província de Cabo Delgado), antes de 2017; o caso da zona de Mutotope, nos arredores da cidade de Nampula, em 2017; de Memba, em 2016 (província de Nampula); de Mecula, em 2017; e Lichinga, em 2014/15 (província de Niassa). Em todos estes casos, os *Al-Shabaab* encontraram resistência por parte das lideranças religiosas muçulmanas locais, quer do Conselho Islâmico de Moçambique (casos de Mocímboa da Praia, Lichinga e Mutotope), quer do Congresso Islâmico (caso de Mecula). Na sequência disso, decidiram construir os seus próprios locais de culto (mesquitas) e, paralelamente, alguns jovens começaram a sair para se juntarem ao grupo dos insurgentes em Cabo Delgado. A resistência por parte das lideranças

religiosas foi acompanhada por denúncias junto das autoridades locais. Todavia, é importante referir que, diferentemente de Cabo Delgado, as células de Nampula e Niassa não conseguiram militarizar-se e desencadear acções armadas de grande envergadura contra as instituições do Estado e populações civis. Esta diferença pode estar relacionada com, pelo menos, dois factores, nomeadamente a) uma acção mais bem coordenada em Nampula e Niassa entre as autoridades governamentais e as lideranças religiosas muçulmanas locais na denúncia dos elementos do grupo e, em alguns casos, na sua neutralização; e b) dificuldades por parte do grupo em estabelecer uma logística capaz de desencadear e alimentar ataques armados em Nampula e Niassa. Apesar disso, nas zonas onde o grupo conseguiu estabelecer células religiosas de tendência radical, essas células passaram a funcionar como polos importantes de recrutamento de jovens com vista à sua integração nas fileiras do *Al-Shabaab* nos distritos de Cabo Delgado. Como ocorre esse recrutamento? É disso que vamos tratar nas linhas a seguir.

DINÂMICAS DE RECRUTAMENTO

Evidências no terreno sugerem que os elementos que compõem o grupo dos *Al-Shabaab* não provem unicamente de Cabo Delgado. Com efeito, dinâmicas associadas à evolução da violência permitiram que os *Al-Shabaab* instalassem uma vasta e complexa rede de recrutamento, viabilizando a incorporação de combatentes provenientes não só do estrangeiro, como também de diversos lugares do interior de Moçambique, com destaque para Cabo Delgado, Nampula e Niassa, facto que, em grande medida, esvazia uma eventual tese de “guerra étnica”. A crescente literatura sobre movimentos extremistas de carácter *jihadista* (Neumann, 2013; Sageman, 2004; Schuurman, 2019; Zenn, 2014) converge ao considerar que o processo de recrutamento não é uniforme, na medida em que existem diferenças na maneira como o recrutamento ocorre em diversos grupos *jihadistas*. Por exemplo, Omenma, Hendricks, & Ajaebili (2020), no seu trabalho comparativo sobre *Boko Haram* e *Al-Shabaab* da Somália, sublinham que os dois grupos privilegiam estratégias de recrutamento diferentes, que resultam da configuração política dos países onde actuam.

No que se refere ao Norte de Moçambique, as entrevistas sugerem que os *Al-Shabaab* exploram as dinâmicas sociais, económicas, políticas e religiosas locais para efeitos de recrutamento, focalizando a sua acção em diferentes aspectos, nomeadamente clivagens religiosas dentro do Islão ao nível local; clivagens étnicas; instrumentalização da narrativa anti Estado/Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); esquemas de microcréditos com vista a impulsionar pequenos negócios dos futuros recrutados; promessas de emprego em Cabo Delgado, no sector de pesca (para o caso dos jovens provenientes dos distritos costeiros de Nampula), e na mineração e outro tipo de actividades (para os jovens provenientes dos distritos de Niassa).

Em muitos casos, os incentivos dos recrutados baseiam-se essencialmente em dois aspectos: salários altos, que se acredita que existem em Cabo Delgado; e a possibilidade de melhoramento

das condições de vida (por exemplo, construção de casas melhoradas para os familiares dos recrutas nos centros urbanos de Nampula e Niassa, a partir do dinheiro dos supostos empregos em Cabo Delgado). Em termos de grupo-alvo, o processo de recrutamento visa essencialmente jovens, na sua maioria em condições de grande vulnerabilidade, cristalizada na ausência de emprego e perspectivas, com destaque para os distritos do litoral de Nampula (Angoche, Ilha de Moçambique, Mossuril, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Mombaça) e os distritos do Niassa limítrofes da Tanzânia (Sanga) e Cabo Delgado (Mecula e Marrupa). Nestas circunstâncias, os *Al-Shabaab* estruturam o seu discurso de recrutamento com recurso à manipulação de factores de ordem não só religiosa como também de contestação do Estado. As nossas entrevistas mostram que as estratégias de recrutamento usadas pelos *Al-Shabaab* no Norte de Moçambique assentam essencialmente nas dinâmicas do contexto local, facto que torna o recrutamento um fenómeno contextualmente determinado.

CONCLUSÃO

As dinâmicas locais de migração, no Norte de Moçambique, constituem um ponto de entrada importante para a análise e compreensão do estabelecimento e desenvolvimento da insurgência *jihadista*. Com efeito, neste artigo, com base num extenso trabalho de campo, procurámos mostrar que o avanço da insurgência se serviu de dinâmicas de migração externa e interna, que alimentaram uma vasta rede de recrutamento dos *Al-Shabaab*, facilitada essencialmente pela porosidade da fronteira com a Tanzânia e pela actividade pesqueira nas ilhas ao largo de Cabo Delgado. A porosidade da fronteira com a Tanzânia está na origem de um forte movimento migratório associado ao garimpo ilegal. Esse movimento trouxe para o território nacional, por um lado, indivíduos ligados a círculos salafistas provenientes particularmente da Tanzânia, Quênia e Somália e, por outro lado, indivíduos provenientes de zonas de guerra (particularmente da República Democrática do Congo), com experiência militar e envolvidos em redes de crime organizado. Por sua vez, o movimento migratório interno de pescadores artesanais do litoral de Nampula para Cabo Delgado ganhou um novo impulso no contexto da insurgência no Norte de Moçambique, transformando-se num elemento importante no processo de recrutamento para as fileiras dos *Al-Shabaab*.

REFERÊNCIAS

- Amade, S. A. (2017a). *Relatório do inquérito aos agregados familiares dos pescadores e aquacultores da província de Cabo Delgado*. IDEPA.
- Amade, S. A. (2017b). *Relatório do inquérito aos agregados familiares dos pescadores e aquacultores da província de Nampula*. IDEPA.
- Bata, O., Dradri, S., Kisanga, J., Mabote, A., et al. (2006). Report on a Joint Mission to Assess Informal Cross-Border Food trade on the Tanzânia. *Mozambique Border*, p. 17.
- Carta (2020). *Namanhumbir e suas mortes: investiga-se os contornos da invasão de garimpeiros ilegais as minas de Ruby Mining*. <https://cartamz.com/index.php/politica/item/4483-namanhumbir-e-suas-mortes-investigam-se-os-contornos-da-invasao-de-garimpeiros-ilegais-as-minas-da-ruby-minning> [Accessed: 31 August 2021].
- Chichava, S. (2020). Ugandeses e tanzanianos do Al-Shabaab. Um olhar à dimensão internacional do conflito em Cabo Delgado. In *Desafios para Moçambique 2020*. IESE.
- Diário Económico (2020). *Ruby Mining pede intervenção do governo para travar garimpo ilegal*. <https://www.diarioeconomico.co.mz/2020/02/26/negocios/empresas/ruby-mining-pede-intervencao-do-governo-para-travar-garimpo-ilegal/> [Accessed: 27 September 2021].
- DW (2017a). *Autoridades moçambicanas “limpam” Cabo Delgado da mineração ilegal*. <https://www.dw.com/pt-002/autoridades-mo%C3%A7ambicanas-limpam-cabo-delgado-da-minera%C3%A7%C3%A3o-ilegal/a-38346246> [Accessed: 20 August 2021].
- DW (2017b). *Moçambique lança operação contra ilegais em zona de exploração mineira*. <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-lan%C3%A7a-opera%C3%A7%C3%A3o-contra-ilegais-em-zonas-de-explora%C3%A7%C3%A3o-mineira/a-37679234> [Accessed: 9 July 2021].
- Gell, F.R. (1999). *Fish and fisheries in the seagrass beds of the Quirimba Archipelago, Northern Mozambique*. University of York. <https://etheses.whiterose.ac.uk/14028/1/311008.pdf> [Accessed: 30 September 2021].
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). Islamic Radicalization in Northern Mozambique. The Case of Mocimboa da Praia. *Cadernos IESE*, (17).
- Haysom, S. (2018). *Where Crime Compounds Conflict. Understanding Northern Mozambique’s Vulnerabilities*. The Global Initiative Against Transnational Organized Crime.
- Maquenzi, J., & Feijó, J. (2019). *A maldição dos recursos naturais. Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir*. Observador Rural, 75. OMR.
- Morier-Genoud, E. (2020). The Jihad insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*, 14(3), 396–412.
- Neumann, P. (2013). The trouble with radicalization. *International Affairs*, 89(4), 873–893.

- Newitt, M. (1995) *A History of Mozambique*. Hurst.
- Notícias (2006). *Lupilichi: Expulsos mais de 4 mil garimpeiros ilegais*. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/lupilichi_expul.html.
- O País (2017). *Polícia dá sete dias aos atacantes de Mocímboa da Praia para se entregarem*.
- Omenma, J. T., Hendricks, C., & Ajaebili, N. C. (2020). Al-Shabaab and Boko-Haram: Recruitment Strategies. *Peace and Conflict Studies*, 27(1), 1–26.
- Patricio, G. (2015). *A migração internacional e o processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique: Estudo de caso da província de Nampula*. Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10596/1/TD-GP-2015.pdf> [Accessed: 22 September 2021].
- Peixoto, J. (2004). *As Teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas*. ISEG, SOCIUS.
- Pelissier, R. (1984). *Naissance du Mozambique. Resistances et revoltes anticoloniales (1854–1918)*. Editions Pelissier.
- Sageman, M. (2004). *Understanding terror networks*. University of Pennsylvania Press.
- Schuurman, B. (2019). Topics in terrorism research: reviewing trends and gaps, 2007–2016. *Critical Studies on Terrorism*, 12(3), 463–480.
- Souto, A. N. (1995). *Guia bibliográfico para estudantes de história de Moçambique*. Centro de Estudos Africanos.
- WamphulaFax (2014). *Migração de pescadores inquieta governo de Nampula*. <http://comunidademocambicana.blogspot.com/2014/06/migracao-de-pescadores-inquieta-governo.html> [Accessed: 15 August 2021].
- Zenn, J. (2014). Boko Haram: Recruitment, financing, and arms trafficking in the Lake Chad region. *Combating Terrorism Center (CTC) Sentinel*, 7(10), 5–10.